



0899770

00135.214187/2018-39

**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS**

Decisão nº2/2019/DIVLIC/COLIC/CGL/SPOA/SE/MMFDH

ASSUNTO: Recurso da empresa J MACEDO PEREIRA ME**PROCESSO:** 00135.214187/2018-39**OBJETO:** Prestação de serviços continuados para o exercício da função de motorista-executivo**RECORRENTE:** J MACEDO PEREIRA ME**RECORRIDAS:** G.S.I - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**1. MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO**

1.1. *"A empresa J MACEDO PEREIRA ME, Manifesta intenção de recurso administrativo garantindo o direito ao contraditório e a ampla defesa face aos erros na composição dos custos da planilha enviada pela empresa declarada vencedora, e o não cumprimento dos itens do edital, cito: 8.8.1.3 a 8.8.3 no tocante a qualificação técnica, conforme comprovaremos em nossa peça recursal."*

2. DA TEMPESTIVIDADE

2.1. O recurso foi encaminhado no prazo estabelecido previamente por meio do Sistema Comprasnet, assim a presente representação é TEMPESTIVA, pois foi apresentada no prazo estabelecido no item 10.2.3 do Edital de Licitação nº 02/2019 para contratação de serviços continuados para o exercício da função de motorista-executivo.

3. DOS FATOS

3.1. Recebimento, exame e decisão do Recurso interposto pela **J MACEDO PEREIRA ME**, tendo em vista decisão do Pregoeiro de habilitar a **G.S.I - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**, licitante no Pregão Eletrônico n.º 02/2019, cujo objeto é a prestação de serviços continuados para o exercício da função de motorista-executivo (CBO-7823-05), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

3.2. Manifesta intenção de recurso administrativo garantindo o direito ao contraditório e a ampla defesa face aos erros na composição dos custos da planilha enviada pela empresa declarada vencedora, e o não cumprimento dos itens do edital, cito: 8.8.1.3 a 8.8.3 no tocante a qualificação técnica, conforme comprovaremos em nossa peça recursal.

3.3. Apresentou recurso em 26/08/2019, tempestivamente, baseado nos seguintes pontos. Da análise do procedimento licitatório, a empresa G.S.I - SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA formulou sua proposta com AFRONTA DIRETA À LEI 8.666/93 AO NÃO COMPROVAR POSSUIR QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. Os pontos a serem abordados cingem-se à análise dos documentos apresentados pela licitante Recorrida, em especial os atestados de capacidade técnica os quais desobedeceram frontalmente aos comandos do

editais, que exigia a Qualificação Técnica, ferindo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, em total desconformidade com a legislação.

4. LEGISLAÇÃO PERTINENTE - ABORDAGEM

4.1. Regulamentando o art. 37 da Constituição Federal, em 21 de julho de 1993, foi publicada a Lei n.º 8.666, a qual, em seu art. 3º estipula o objetivo das licitações públicas, *in verbis*:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

4.1.1. Nota-se que ao prestigiar os princípios da moralidade, legalidade, igualdade e eficiência, o legislador constitucional originário teve como destinatária a proteção do interesse público, já que todas as contratações realizadas pelo Estado devem ser realizadas mediante as melhores condições de preço, qualidade e eficiência.

4.1.2. À luz dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, além do direito positivado através da Lei n.º 8.666, de 1993, não resta qualquer dúvida de que a Pessoa Jurídica de Direito Público deverá prestigiar legalidade, moralidade, eficiência e isonomia a todos os certames licitatórios em busca da contratação mais vantajosa ao interesse público.

4.1.3. No entanto, em que pesem tais considerações, importante ressaltar que para buscar a contratação mais vantajosa ao interesse público, toma-se necessária a segurança atribuída aos habilitantes, vinculando-os ao edital e este ao processo que o antecedeu, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

4.1.4. Esta norma-princípio encontra-se disposta no art. 41, caput, da citada Lei:

"Art. 41- A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

4.1.5. Diz-se por isso que o edital torna-se lei entre as partes, e este, por sua vez, somente é publicado após o devido processo administrativo que o justifica e o autoriza. Deste modo, a regra que se impõe é que a realização da licitação deve ser precedida de um processo administrativo que a justifique e a autorize, somente após deve ser publicado o edital, que não poderá sofrer alterações após a publicação, salvo se assim exigir o interesse público. Trata-se de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica.

4.1.6. Diante disso, evidente que o descumprimento do edital frustra tanto a Administração, quanto o licitante, em função de a licitação perder sua razão de existir.

4.2. Edital de PE-02/2019 - MMFDH

8.8.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.8.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.8.2.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.8.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

8.8.2.3. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.8.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.8.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.8.3. Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

8.8.4. A licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, ou seja 9 (nove) postos motorista-executivo, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.8.5. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

4.3. Lei 8666/93, art. 30

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

§3º **Será sempre admitida a comprovação de aptidão** através de certidões ou atestados de obras ou **serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente** ou superior.

4.4. Decisão TCU nº 1.288/2002 – Plenário

“(…)

9. O art. 30 da Lei 8.666/93 e seu inciso II diz, entre outras coisas, que a exigência para a qualificação técnica deve ser compatível em quantidades. Portanto, é possível se exigir quantidades, desde que compatíveis. **Por compatível**, se entende **ser assemelhada, não precisa ser idêntica. A semelhança depende da natureza técnica da contratação, pois, para certas coisas, quem faz uma, faz duas.** (...)” (grifos nossos)

4.5. Acórdão 1.140/2005-Plenário.

“Destarte, os requisitos que o legislador reputou importantes para a comprovação da qualificação técnica são a pertinência e a compatibilidade entre os atestados e o objeto da licitação. Ou seja, **os atestados devem mostrar que o licitante executou obras parecidas, e não iguais, em quantidade e prazos compatíveis com aquela que está sendo licitada.** Quaisquer outras exigências que limitem a competitividade são vedadas pela Lei 8.666/93. **Então, a exigência de que os atestados demonstrem que as licitantes executaram obras como contratadas principais é vedada pela lei. O importante é que a empresa tenha executado obras semelhantes, não sendo relevante se como contratada principal ou como subcontratada.**”

4.6. Acórdão 1.214/2013-Plenário.

“111. Nesse ponto, parece residir a principal discussão a ser enfrentada – que espécie de aptidão deve ser requerida para a execução de contratos de serviços de natureza continuada, em que esteja caracterizada cessão de mão de obra. (...)

*114. O que importa é perceber que a habilidade das contratadas na gestão da mão de obra, nesses casos, é realmente muito mais relevante para a Administração do que a aptidão técnica para a execução dos serviços, inclusive porque estes apresentam normalmente pouca complexidade. Ou seja, nesses contratos, dada a natureza dos serviços, **interessa à Administração certificar-se de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar os compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais.** É situação muito diversa de um contrato que envolva complexidade técnica, como uma obra, ou de um contrato de fornecimento de bens, em que a*

capacidade pode ser medida tomando-se como referência a dimensão do objeto – que serve muito bem o parâmetro de 50% usualmente adotado.”

4.7. Acórdão 744/2015 – 2ª Câmara:

“1.7.1. nos certames para contratar serviços terceirizados, **em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada, como ocorrido no pregão eletrônico** (...); 1.7.2. nos casos excepcionais que fujam a essa regra, devem ser apresentadas as justificativas fundamentadas para a exigência, ainda na fase interna da licitação, nos termos do art. 16, inciso I, da IN 02/08 STLI;”

4.8. Acórdão TCU 553/2016-Plenário da relatoria do Min. Vital do Rêgo.

“... em licitação para serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, devem ser exigidos atestados que comprovem aptidão para gestão de mão de obra, ao invés da comprovação da boa execução de serviços idênticos.”

“[D]eve-se ter em mente que este Tribunal tem precedentes no sentido de que a compatibilidade entre os serviços anteriores e o serviço licitado deve ser entendida como condição de similaridade e não de igualdade.”

4.9. Acórdão 1891/2016 – Plenário

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra.

4.10. Acórdão 1168/2016 – Plenário

Nas contratações de serviços de terceirização (serviços contínuos prestados mediante dedicação exclusiva da mão de obra), os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante na gestão de mão de obra.

4.11. Acórdão 449/2017 - Plenário

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.

5. **REFERÊNCIAS**

5.1. Recurso (0896561).

5.2. Contrarrazões (0898049).

6. **DO RECURSO**

6.1. A **Recorrente** alega, em síntese, que *“em 11 (onze) dos atestados da empresa G.S.I - SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA, é possível afirmar que os atestados apresentados pela suposta vencedora NÃO POSSUEM QUALQUER SEMELHANÇA OU COMPATIBILIDADE COM O OBJETO DA LICITAÇÃO PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS.”* Em seguida destaca a recorrente: *“E não somente no tocante a Qualificação Técnica, mas nas inúmeras divergências, que com uma análise básica não é difícil ver as informações conflitantes”*

1 - ATESTADO BARÃO DE MAUÁ – Objeto: Limpeza e Conservação, Portaria Diurna e Noturna

*4 Agentes de portaria Diurno/ 4 Agentes de portaria Noturno/ 3 serventes

Data Assinatura do Contrato: 14/05/2016

Data Emissão Atestado: 23/04/2019

Vigência: 14/05/2016 a 31/03/2021

2 - ATESTADO CONDOMINIO DO BL J DA SQN 308 – Objeto: Limpeza e Conservação, Portaria Diurna e Noturna, monitoramento eletrônico e fiscalização móvel.

*02 Agentes de portaria Diurno/ 02 Agentes de portaria Noturno/ 2 postos de auxiliar de serviços gerais

Data Assinatura do Contrato: 20/07/2015

Data Emissão Atestado: 26/04/2019

Vigência: 01/09/2015 a 31/08/2017

3 - ATESTADO CONDOMINIO Bloco G, SQS 104 – Objeto: Mão de Obra especializada em limpeza, conservação e zeladoria, com fornecimento de materiais e equipamentos.

*01 posto (1 porteiros diurno)

Data Assinatura do Contrato: 24/07/2012

Vigência: 26/07/2012 a 25/07/2014

3 - ATESTADO CONDOMINIO Bloco G, SQS 104 – Objeto: Mão de Obra especializada em limpeza, conservação e zeladoria, com fornecimento de materiais e equipamentos.

**3 postos zelador / 1 posto de auxiliar de serviços

Aditivo: de 11/09/2018 a 10/09/2020. Obs.: a recorrente destaca que diverge com a declaração de contratos firmados aonde menciona a vigência por tempo indeterminado. Ver Nota da CPL/MMFDH no item 4.2.2.1 desta Nota Técnica.

Data Assinatura: 11/09/2018

Data Emissão Atestado: 09/01/2019

Vigência: 24/07/2014 a 10/09/2020

4 - ATESTADO ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BRASILIA– Objeto: serviços de portaria (controle de acesso).

*01 posto 12x 36 todos os dias da semana

Data Assinatura do Contrato: Obs.: a recorrente destaca que não foi apresentado contrato. Ver Nota da CPL/MMFDH no item 4.2.1.1 desta Nota Técnica.

Data Emissão Atestado: 03/12/2018

Vigência: indeterminado. Obs.: a recorrente destaca que diverge com a declaração de contratos firmados aonde menciona a vigência de 08/08/2013 por tempo indeterminado. Entretanto, considerando que o atestado foi emitido em 03/12/2018 e nele consta que os serviços iniciaram em agosto/2014, consideramos que a vigência foi de 08/2014 a 03/12/2018. Ver Nota da CPL/MMFDH no item 4.2.2.1 desta Nota Técnica.

Apresentação de 2 notas fiscais: nº 000.569 – 02/01/2019 – R\$ 8.229,22 / nº 000.652 – 02/07/2019 – R\$

8.530,50

5 – CAMARA MUNICIPAL DE VALPARAISO DE GÓIAS – Objeto: Limpeza, Conservação e Higienização, nas edificações internas e externas dos EDIFÍCIOS da CAMARA MUNICIPAL DE VALPARAISO DE GÓIAS.

*7 postos de auxiliar de serviços gerais / 1 postos de encarregado

Data da Assinatura do Contrato nº 05/2018: 01/02/2018, com vigência inicial até 31/12/2018. Obs: a recorrente destaca que não há arquivo, mas a CPL/MMFDH conseguiu íntegra do contrato no sítio da Câmara Municipal de Valparaíso de Goiás.

Termo Aditivo nº 01/2019, data de assinatura: 04/01/2019

Vigência: prorrogada até 30/11/2019 *

Assinatura Atestado: 13/03/2019 - Obs.: a recorrente destaca que menciona que desde 01/02/2018 vem prestando os serviços, diverge com o termo aditivo. Entretanto, a

CPL/MMFDH conseguiu íntegra do contrato e seus aditivos no sítio da Câmara Municipal de Valparaíso de Goiás, não encontrando a divergência apontada pela recorrente.

6 – CIPLAN – Objeto: Prestação de Serviços de Agente de Portaria.

*1 postos agente de portaria

Data da Assinatura do Contrato: 04/06/2016

Vigência: 04/06/2016 a 02/08/2016 * Obs.: a recorrente destaca que diverge com a declaração de contratos firmados aonde menciona a vigência de 31/12/2019 por tempo indeterminado. Ver Nota da CPL/MMFDH no item 4.2.2.1 desta Nota Técnica.

Assinatura Atestado: 03/10/2018 - Obs.: a recorrente destaca que menciona prestou serviço no período de 04/06/2016 a 13/07/2018 divergindo com a declaração de contratos ativos.

Apresentação de uma nota fiscal nº 000.471 emitida em 25/04/2018 no valor de R\$ 10.756,59 (3 postos)

conflitando com o objeto contratual.

7 – EMBAIXADA DA ESPANHA – Objeto: Limpeza e Conservação, Portaria Diurna e Noturna

*4 postos Porteiro

Data Assinatura do Contrato: 20/10/2015

Data Emissão Atestado: 23/04/2019

Vigência: 20/10/2015 a 31/12/16 *

8 – FIOCRUZ – Objeto: Prestação de serviço de telefonista.

*2 telefonista

Data Assinatura do Contrato: Obs.: a recorrente destaca que não há arquivo. Ver Nota da CPL/MMFDH no item 4.2.1.1 desta Nota Técnica.

Data da Assinatura 1º Termo Aditivo: 12/11/2018

Data Emissão Atestado: 06/02/2019

Vigência: 21/01/2018 a 21/01/2020 *

9 – PDT – Partido Democrático Trabalhista – Objeto: Prestação de serviço Agente de Portaria e Servente.

*2 Agente de Portaria / 2 Serventes

Data Assinatura do Contrato: 11/09/2016

Data Emissão Atestado: 10/07/2018

Vigência: 11/09/2016 a 10/09/2018 * Obs.: a recorrente destaca que divergente com a declaração de contratos ativos onde consta indeterminado. Ver Nota da CPL/MMFDH no item 4.2.2.1 desta Nota Técnica.

10 – SUSTENTARE AMBIENTAL – Objeto: Presta serviços de portaria (controle de acesso).

*04 Agente de portaria / 01 posto de fiscalização móvel

Data Assinatura do Contrato: 23/06/2012 - Obs.: a recorrente destaca que há divergência de datas , no texto contrato é mencionada a execução em

06/01/2017. Não encontramos tal divergência. A data 06/01/2017 é de emissão do atestado de capacidade técnica. Pela leitura dos aditivos, constata-se que a vigência foi de 23/06/2012 a 17/10/2018

Data Emissão Atestado: 03/12/2018

Vigência Termo Aditivo: 21/04/2018 a 17/10/2018 - 6 meses , não a apresentação de outros termos aditivos. Obs.: a recorrente destaca que diverge com a declaração de contratos firmados aonde menciona a vigência de 23/06/2012 por tempo indeterminado. Ver Nota da CPL/MMFDH no item 4.2.2.1 desta Nota Técnica.

Apresentação de 2 notas fiscais: nº 000.490 – 14/06/2018 – R\$ 14.955,42 / nº 000.498 – 12/07/2018 – R\$ 14.955,42.

11 – VITLOG PROVEDORA LOGÍSTICA LTDA – Objeto: Presta serviços de portaria (controle de acesso).

*02 Agente de portaria Diurno/ 02 Agente de portaria Noturno

Data Assinatura do Contrato: 01/03/2015 até abril/2018 - Nota da CPL/MMFDH: o contrato não possui data de término, mas o atestado assinado em 11/04/2018 demonstra execução, pelo menos até essa data.

Data Emissão Atestado: 11/04/2018

Nota Fiscal NF-e 581, de 06/02/2019 – R\$ 15.578,90.

6.2. Sobre as divergências apontadas pela recorrente, além de comentários nossos (acima) ao lado de cada atestado, esclarecemos abaixo:

6.2.1. atestados desacompanhados de contratos.

6.2.1.1. **Nota da CPL/MMFDH:** não foi exigido o envio de contratos. Poderia ser solicitado, no caso de eventual diligência, o que não foi necessário. Vejamos redação do item 8.8.2.5 do edital. Vejamos:

8.8.2.5. O licitante **disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados**, apresentando, **dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação**, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017. (grifos nossos)

6.2.2. atestados constam datas de vigência (início e término), sendo que na Declaração/Relação de Contratos firmados (item 8.7.5.3 do edital) consta data de início, mas no campo destinado à data de término consta INDETERMINADO.

6.2.2.1. **Nota da CPL/MMFDH:** Observamos que esta situação ocorre nos contratos privados, onde é comum que os contratos prevejam duração inicial de um ou dois anos, com cláusula com carência, sendo renovado automaticamente pelo mesmo período, caso o contratante não solicite rescisão. Na prática, pode-se dizer que esses contratos vigoram por prazo indeterminado.

6.3. Outra alegação da recorrente é de que os atestados apresentados pela GSI não possuem qualquer semelhança ou compatibilidade com o objeto da licitação.

6.3.1. **Nota da CPL/MMFDH:** a legislação é farta sobre o tema, como se vê nos itens 4.2 a 4.11 desta Nota Técnica. Note-se que a exigência é de serviços em características compatíveis. Por compatível, se entende ser assemelhada. Os atestados apresentados são relativos a porteiro, zeladoria, telefonista, com características assemelhadas ao objeto da presente licitação. Aliás, a maior compatibilidade reside no fato de todos esses serviços serem terceirizados. Mede-se a qualificação técnica da licitante pela demonstração de capacidade de executar contratos de terceirização de mão-de-obra. Empresa que executa contratos de portaria, zeladoria, telefonista tem perfeitas condições de executar contratos de motorista-executivo. Tanto assim, que a maioria das empresas do ramo de terceirização executa contratos de diferentes tipos de mão-de-obra.

7. DAS CONTRARRAZÕES

7.1. A **Recorrida** alega, em síntese, que:

7.1.1. Perceba-se que o Edital do Certame em nenhum momento determina que os atestados de capacidade técnica deverão ser referentes a serviços idênticos aos contratados, mas sim em características, quantidades e prazos compatíveis e objeto pertinente.

7.1.2. A lei 8.666/93 em seu artigo 30, II, dispõe que: “A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: (...) II – ***comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação***, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos”.

7.1.3. Este inciso deve ser interpretado conjuntamente com o § 3º do mesmo artigo, a saber: "Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior". (grifou-se)

7.1.4. Exigir comprovação técnica em serviços idênticos aos da contratação, como quer a recorrente, além de ser ilegal, feriria o princípio da economicidade da contratação e constituiria afronta ao artigo 37, XXI da CR:

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

7.1.5. O e. TCU rechaça a exigência de qualificação idêntica à do objeto licitado, como ficou asseverado por ocasião do Julgamento da Representação TC 026.114/2015-1:

"e.2. exigir, em licitações para serviços continuados de mão de obra, que os atestados de capacidade técnica comprovem serviços idênticos, em vez de aptidão para gestão de mão de obra, sem a necessária demonstração técnica dessa necessidade, o que afronta o disposto no art. 19, XXV, "a", da IN - SLTI/MPOG 2/2008 e na jurisprudência desta Corte, notadamente os Acórdãos 1.214/2013-TCU-Plenário, 1.443/2014-TCU-Plenário, 744/2015-TCU-2ª Câmara e 668/2005-TCU-Plenário;"

7.1.6. Como bem assevera a jurisprudência do e. TCU, a empresa licitante deve comprovar, na verdade, aptidão para gestão de mão de obra, e não a prestação de serviço idêntico ao objeto licitado.

8. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

8.1. Analisando as razões recursais da recorrente, as contrarrazões da recorrida, bem como os requisitos do edital, a legislação vigente, o posicionamento dos órgãos de controle e os princípios administrativos, verifica-se que **não se afiguram motivos para a revisão da decisão de declarar vencedora a empresa G.S.I - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.219.654/0001-88 e **nem para proceder sua desclassificação/inabilitação**, razão pela qual mantenho a decisão.

8.2. Diante do exposto, **CONHEÇO DO RECURSO ADMINISTRATIVO**, uma vez que presente os pressupostos de admissibilidade, e, **NO MÉRITO**, subsidiado e com lastro nos posicionamentos levantados, **NEGO PROVIMENTO**, decidindo pela **IMPROCEDÊNCIA** do recurso administrativo interposto pela licitante **J MACEDO PEREIRA ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.653.264/0001-06 no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 02/2019.

8.3. Conforme art. 3º, §3º da Lei nº 8.666/93, os autos do procedimento licitatório são públicos e acessíveis a qualquer interessado, por meio de acesso eletrônico externo, nos termos do Edital.

8.4. É importante destacar que a presente justificativa não vincula a decisão Superior acerca do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo, fornecendo subsídios à Autoridade Administrativa Superior, a quem cabe a análise desta e posterior decisão. Desta maneira, submetemos a presente decisão à Autoridade Superior para apreciação e posterior ratificação, caso assim entenda.

8.5. Assim, encaminho os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta, segundo o inciso IV, art. 8º do Decreto nº. 5450/2005.

WASHINGTON LUIS ALVES SOUSA

Pregoeiro

DESPACHO da Coordenadora de Licitações e Contratos

1. De acordo a análise e decisão do Pregoeiro.
2. À Sra. Coordenadora-Geral de Logística Substituta.

CHARLIANE FERREIRA DE MESQUITA
Coordenadora da Coordenação-Geral de Logística

DESPACHO da Coordenadora-Geral de Logística Substituta

1. De acordo.
2. Ao Sr. Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, para manifestação, nos termos do artigo 8º, incisos IV, V e VI do Decreto nº 5.450/2005.

TATIANA FERNANDES DA SILVA
Coordenadora-Geral de Logística Substituta

DESPACHO do Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

1. Com fundamento no art. 50, §1º, da Lei n.º 9.784, de 1999, acolho a análise e decisão do Pregoeiro.
2. Nos termos do artigo 8º, inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005, conheço do Recurso Administrativo, para, no mérito, julgá-lo **improcedente**, ratificando a decisão do Pregoeiro.
3. Nos termos do artigo 8º, incisos V e VI, do Decreto nº 5.450/2005, **adjudico** o objeto da licitação à licitante **G.S.I - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.219.654/0001-88 e **homologo** o resultado do Pregão Eletrônico 02/2019.

ALEXANDRE TEIXEIRA
Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **Washington Luis Alves Sousa, Pregoeiro(a)**, em 03/09/2019, às 09:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Charliane Ferreira de Mesquita, Coordenador(a) de Licitações e Contratos**, em 03/09/2019, às 14:20, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Fernandes da Silva, Coordenador(a)-Geral de Logística, Substituto(a)**, em 03/09/2019, às 16:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Mário Teixeira Nunes, Subsecretário(a) de Planejamento, Orçamento e Administração**, em 04/09/2019, às 11:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0899770** e o código CRC **91885178**.

Referência: 00135.214187/2018-39

SEI nº 0899770

